

EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: BREVES INFORMAÇÕES

Eixo 1 – Práticas educativas em espaços escolares e não escolares

Catarina Rodrigues¹³

Mirella Villa Araújo da Fonseca¹⁴

Educação enquanto fazer humano

A educação, como processo coletivo, social, existe desde que os primeiros seres humanos iniciaram a convivência em grupo para sobreviverem.

Ao longo do tempo, este fazer humano tornou-se organizado, pois passou a ocupar espaços determinados e exclusivos, com regras e períodos temporais de ação e pausas: tornou-se formal.

Contudo, o saber humano, a educação, também são disseminados em ambientes externos às escolas e é importante que o/a professor (a) observe seu processo, pois estamos todos sempre aprendendo uns com os outros, no/com o mundo, como afirmou Paulo Freire (2013).

Assim, a educação é um processo contínuo de desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais, morais e sociais do ser humano. Vai além da transmissão de conteúdos escolares, abrangendo a formação da cidadania, a socialização e a transformação individual e coletiva.

O interesse em conhecer mais sobre o processo educacional que ocorre além dos espaços institucionais escolares teve início no ano de 1986 após participação em uma capacitação técnica para o trabalho como auxiliar pedagógica em cuidados básicos, realizada por uma organização não governamental, que atuava junto a crianças menores de seis anos de idade.

Como visto, este fato aconteceu em período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o atendimento em creches e pré-escolas foi reconhecido legalmente como um direito da criança e um dever do Estado. E, posteriormente, no trabalho em educação formal, foi possível observar diferenças entre os dois modelos educacionais.

Nesta breve investigação foi utilizada, como metodologia, a pesquisa bibliográfica narrativa. E, como objetivo, buscamos trazer considerações quanto à educação não-formal, as ações educativas que ocorrem em espaços não escolares, para suscitar reflexões quanto a esta modalidade de ensino-aprendizagem.

A organização se deu da seguinte forma: na introdução se apresenta o conceito de educação de forma ampla, em quanto fazer humano ao longo da história. Após apresentamos breves informações sobre educação formal e não-formal e, por fim, finalizamos na focalização em aspectos da educação não formal.

Por fim, destacamos que o principal autor que norteia a escrita deste trabalho é Paulo Freire que, em sua abordagem dialógica, nos ensina que a educação deve ser para conscientização, tanto de quem ensina quanto de quem aprende.

Educação formal e não-formal

A educação formal é sistematizada de forma a que se cumpram programas curriculares gerais e específicos, aprovados e reconhecidos por órgãos oficiais dos países, em todo o mundo. As ações educativas (escolares) acontecem em instituições tradicionais de ensino conhecidas como escolas e universidades.

¹³ Pedagoga e psicóloga. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail para contato: catarina.rodrigues@ufms.br.

¹⁴ Pedagoga e psicopedagoga. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail para contato: mirella.fonseca@ufms.br

A educação não formal ocorre fora dos ambientes escolares. Pode acontecer em outros locais de interação do indivíduo, com ampla variedade de atividades, baseadas nas experiências e interações de determinados grupos.

Como na educação formal, também ocorre certa sistematização pois, de acordo com Libâneo (2002), a educação não-formal refere-se às organizações políticas, profissionais, científicas, culturais, agências formativas para grupos sociais, educação cívica, etc., com atividades de caráter intencional.

Ainda é importante destacar que na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, foi redigido o documento “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, que destaca as experiências das organizações não governamentais em programas de educação e que estas foram delineadas como possibilidade efetiva de trabalho na área educacional.

Assim, Vasconcellos et al. (2024) evidenciam que pela tendência de se ver a educação como aquela que se desenvolve nas escolas, pode ocorrer que se deixe de perceber as potencialidades que uma visão mais ampla de educação pode oferecer. É neste sentido que se destaca a importância da educação não formal.

A educação não formal no Brasil

Até os anos de 1980 a educação não-formal era um campo com menos importância no Brasil, tanto para as políticas organizacionais quanto aos educadores. Foi vista inicialmente como processos delineados para suprir a participação de indivíduos a determinados grupos: área rural; grupos comunitários e educação/planejamento familiar

Na década seguinte, anos de 1990 em diante, com a chegada de novas tecnologias (rede de internet e automação de bens e serviços) aconteceram mudanças econômicas, sociais, principalmente em relação ao mundo do trabalho, o que repercutiu em destaques a educação não-formal como aperfeiçoamento na produção de mão-de-obra.

Inclusive, a Lei nº 9.394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), insere a educação não-formal em seu primeiro artigo:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996)

Os processos de aprendizagens em grupos passaram a serem valorizados, dando importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Iniciou-se uma nova cultura organizacional que passou a exigir dos trabalhadores aprendizagem de habilidades extraescolares.

A organização de ensino é diferenciada. Os aprendizes não são separados por séries/idade/conteúdos. O intuito é trabalhar aspectos subjetivos do grupo; desenvolver laços de pertencimento, com base na ideia de que as informações fazem sentido para os indivíduos em um dado contexto social.

Libâneo (2002) informa que educação não-formal vem apresentando crescimento no Brasil. O autor refere-se às organizações políticas, profissionais, científicas, culturais, agências formativas para grupos sociais, educação cívica, etc., com atividades de caráter intencional. Segundo ele, organizações não governamentais e instituições privadas e religiosas, se preocupam com a realidade social de crianças e adolescentes que vivem principalmente em bairros periféricos e de baixa renda.

Para Gohn (2014), no Brasil, a educação não formal tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre as circunstâncias dos indivíduos e suas relações sociais. Não pretende substituir a educação formal mas acaba por suprir lacunas deixadas por esta, no sentido de complementaridade. Nos lembra

que é preciso aprofundar as pesquisas ao redor dos movimentos sociais e seus processos de encaminhamento quanto ao processo educativo efetivado.

Pereira, Conte e Santos (2025) afirmam que, no Brasil, há uma série de lugares distintos onde a educação não formal está presente, desde projetos como escola aberta nos finais de semana, em instituições comunitárias, projetos apoiados pelas prefeituras, ações de educação para o trânsito, que promovem a valorização do meio ambiente, programas de jovem aprendiz, de formação sobre direitos humanos, pedagogia hospitalar, extensão rural, a partir das ONGs, e nos últimos tempos, a mediação em museus de ciência.

Atores da educação não formal

Neste contexto são incluídas as pessoas, instituições e organizações da sociedade civil que promovem processos de aprendizagem intencionais fora do ambiente escolar tradicional. São relacionados como educadores sociais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, museus, centros culturais, igrejas, empresas e associações comunitárias que trabalham a cidadania e a capacitação no âmbito do trabalho.

Os(as) educadores(as) sociais são os(as) profissionais ou voluntários(as) que mediam o aprendizado e a inclusão social nas comunidades;

As organizações não governamentais - ONGs e Fundações - são financiadoras de projetos educacionais e/ou profissionais que, em tese, promovem a conscientização política, direitos humanos e lutas por igualdade.

Outras organizações que também desenvolvem projetos de interesse público são as organizações religiosas e comunitárias, como associações de bairro e pastorais com foco em apoio social e cidadania

Os espaços da educação não formal dependem do cunho de trabalho a ser desenvolvido. Pode acontecer em museus e bibliotecas ou na sede de alguma em associação de bairro ou templo religioso.

A educação não-formal é necessária?

Até aqui descrevemos alguns aspectos da educação não-formal. Mas, a quem interessa esta modalidade de ensino-aprendizagem?

A educação não formal funciona como um palco em que disputas são engendradas entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, cada qual defendendo seus diferentes interesses políticos e econômicos, em que oscilam o controle social, a capacitação para o trabalho e a emancipação cidadã.

A atuação política divide-se principalmente entre conter tensões sociais e fortalecer a cidadania. Também se depreende que há transferência de obrigações quando o poder público delega à sociedade civil organizada o seu dever de oferecer serviços básicos de desenvolvimento.

Quanto ao interesse econômico se percebe que o mercado disponibiliza recursos para a formação de capital humano, em rápidas qualificações, ao tempo em que busca reduzir ao máximo seus custos neste processo.

Então de certa forma, Estado, mercado e sociedade civil buscam, cada qual, trazer para si, respectivamente, focos políticos como estabilidade social e governabilidade, alívio da pobreza e filantropia e emancipação e lutas por direitos.

E como foco econômico o Estado busca alinhamento com o capitalismo global; o mercado busca a formação de mão de obra barata e os movimentos sociais buscam a economia solidária e autonomia.

Resta saber se toda esta configuração resulta realmente em benefícios aos educandos e educandas da educação não formal.

Por fim, é importante mencionar, como nos adverte Trilla (2003), citado por Catini (2021), que a educação não-formal, de prática diferenciada, pode se tornar “alienante e burocrática” como a educação formal.

Considerações Finais

Nosso intuito com este trabalho foi o de apresentar algumas considerações sobre a educação não-formal, enquanto práticas educativas que ocorrem em espaços não escolares.

Apresentamos, inicialmente, a educação como um processo inerente aos seres humanos, necessário à sobrevivência, desde os primórdios.

E assim, ao longo da trajetória humana, o processo de aquisição de conhecimentos que acontecia informalmente, tornou-se organizado, formalizado, em espaços exclusivos. Surgiu a educação formal.

Contudo, em certo período histórico, surge um novo movimento: a educação não-formal, que busca preencher lacunas deixadas pela educação formal. Tenta promover igualdade para que seja proporcionado alcance ao saber, à cultura e preparo ao mercado de trabalho.

É preciso sublinhar que, a despeito das disputas político-econômicas entre os setores sociais que a patrocinam, a educação não-formal tenta promover igualdade nas oportunidades educacionais de populações socioeconômicas vulneráveis, para as quais a educação formal ainda não cobre as lacunas e nem proporciona o acesso à educação cidadã, cultura, preparo para o mercado de trabalho e contribuir para ampliar a conscientização crítica e reflexiva, como aponta Paulo Freire e demais estudiosos.

Nesta breve investigação compreendemos que se trata de um tema que ainda suscita conhecimento a ser adquirido em pesquisas futuras.

Referências

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 19 ago. 2026.

CATINI, Carolina. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e222980, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000100725&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02/08/2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2014

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: para que?** São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Angélica Ricardo dos Santos; CONTE, Elaine; SANTOS, Raquel Amélia dos. Narrativas da educação não formal: o papel transformador do educador social na construção da cidadania. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 81, abr./jun.2025. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/82629/54827>. Acesso em 28 jul. 2026

RAMOS, Marcela Fernanda. **Educação não formal: pedagogia social transformadora e motivadora**. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/%20educacao-nao-formal.htm>. Acesso em: 20 jul. 2026

VASCONCELLOS, Talita Silva Perussi; CARNEIRO, Relma Urel Carbone; SILVA, Carlos Eduardo da; SANT ANA, Ricardo Soares de; SILVA, Patricia Aparecida Fernandes; GOUVÊA, Patrícia Cristina de. Educação além dos muros da escola: o que é educação não-formal?. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1460, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-388-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1460>. Acesso em: 13 jul. 2026.